

Congresso exclui IPC da lei que restringe gastos

BRASÍLIA — O espírito de corporação de senadores e deputados impediu que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1990 determinasse a redução das verbas destinadas pela União ao Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) e outros órgãos similares da administração pública. Os parlamentares continuarão contribuindo com apenas um terço dos recursos do IPC, enquanto a União entrará com o restante. Apesar dos protestos do deputado José Serra (PSDB-SP), autor do projeto, as lideranças do PMDB, PFL, PDS, PDC e PL decidiram suprimir o dispositivo, promovendo a única alteração na austera lei de diretrizes orçamentária elaborada pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

A finalidade da Lei de Diretrizes é orientar o Executivo na elaboração do orçamento da União para 1990. Pela primeira vez, serão englobados num só os orçamentos fiscal, da Previdência Social e de investimentos das estatais. A proposta orçamentária será enviada em agosto para o Congresso e deverá estar aprovada até dezembro.

Brizola — “Trata-se de uma lei austera, mas necessária para garantir a governabilidade do país em 1990”, destacou o deputado José Serra, no encaminhamento da votação do projeto. Foi uma resposta à bancada do PDT, que considerou demasiadamente drástico o controle de gastos imposto ao futuro governo.

Horas antes, parte da representação

pedetista ameaçara obstruir a votação. Apreensivo, Serra recorreu ao candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, que estava em Brasília, no Hotel Fenícia. Depois de explicar os critérios da Lei de Diretrizes, Serra pediu que interferisse para mudar a posição da bancada. Brizola garantiu, porém, que não dera nenhuma orientação aos parlamentares pedetistas.

Cieps — A pacificação do PDT acabou sendo conseguida pelo deputado César Maia (RJ), que explicou aos correligionários a importância da lei e esclareceu as dúvidas. Uma delas se referia ao artigo que reserva a estados e municípios os gastos com saúde e educação. Os brizolistas achavam que o dispositivo impediria a construção de Cieps — as escolas de tempo integral idealizadas por Brizola —, caso o PDT chegue ao poder. Maia garantiu que não havia essa hipótese.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias enfrentou ainda a oposição do PT, no dispositivo que impede o governo de aumentar seus gastos reais com o funcionalismo público no próximo ano. A liderança do PT entendeu que a medida impede aumento de salários, embora Serra houvesse argumentado que a proibição de contratação de novos funcionários, também prevista, criaria uma margem extra de recursos para o aumento de salários. Não houve acordo, mas os petistas foram derrotados na votação.